

Ata nº	02
Fl. nº	06 v
(a)	<i>[assinatura]</i>

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS.

Aos vigésimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e onze, reuniram se na sede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto da cidade de Águas de Lindóia os seguintes Prefeitos Municipais: Eng. Antonio Hélio Nicolai Prefeito Municipal de Itapira, Sr. Paulo Turato Miotto, Prefeito Municipal de Amparo, Sr. Martinho Antonio Mariano, Prefeito Municipal de Águas de Lindóia, Sr. José Justino Lopes, Prefeito Municipal de Lindóia, Sr. José Roberto Zen, Prefeito Municipal de Morungaba, Sra. Marisa de Souza Pinto Fontana, Prefeita Municipal de Socorro, Sr. Antonio Luigi Ítalo Franchi, Prefeito Municipal de Serra Negra. Estiveram presentes também os representantes dos Prefeitos de Tuiuti, Sr. José Francisco Mangolin, Santo Antônio de Posse, o Sr. José Henrique Villela Guerra e de Pinhalzinho, Sr. José Henrique Sperendio. Não compareceram na reunião os Prefeitos Municipais de Pedra Bela e Monte Alegre do Sul e nem seus representantes. O Prefeito anfitrião Sr. Martinho deu boas vindas as demais autoridades, agradeceu a presença, desejou uma ótima reunião e passou a palavra ao Sr. Presidente do Consorcio Sr. Paulo Miotto.

Em seu pronunciamento inicial o Sr. Presidente fez um agradecimento ao Grupo Executivo, fez várias considerações sobre os aterros dos municípios que fazem parte de Consórcio, comentou sobre a necessidade das coletas seletivas municipais, e da importância do Consórcio como um instrumento facilitador para os problemas de saneamento ambiental dos entes consorciados. Comunicou também que foi publicado o Estatuto no Diário Oficial do Estado, e que o custo per capita foi rateado entre os doze municípios, comunicou também que convidou a Ministra do Meio Ambiente, para participar da assinatura do Plano, juntamente com os Srs Silvano Silverio e Sergio Gonçalves, ambos do Ministério do meio Ambiente. Comentou também, que nosso Consórcio é a menina dos olhos do Ministério do Meio Ambiente. Fez comentários sobre a Casa do Saneamento e da unidade móvel para análise de águas e esgoto (recursos requisitados junto à FUNASA). Fez comentários sobre a reunião que tivemos com técnicos do PCJ, sobre a câmara de Regulação, e salientou que o município que não tiver uma regulação, dificilmente receberá repasse de recursos do governo federal.

O Sr. Luigi, prefeito de Serra Negra, argumentou sobre o que fazer com a Sabesp, pois a mesma investiu uma enorme importância no seu município, e que não teria como intervir nas tarifas usada em seu município. O prefeito Miotto tentou mostrar o que seria a regulação para o Prefeito Luigi, mostrar o custo correto da cobrança para os técnicos da Sabesp, mais que ficaria ao seu encargo adotar ou não o preço sugerido. Após a apresentação dos

Ata nº	02
Fl. nº	07
(a)	<i>[assinatura]</i>

02
[assinatura]

assuntos pelo Sr. Presidente, iniciamos os assuntos relativos a pauta dos trabalhos.

Primeiro assunto apresentado foi: **TRANSBORDO**.

A Srta. Helena Leite, integrante do grupo executivo, fez uma prévia da vida útil dos aterros de Amparo e Itapira, informou que o grupo executivo esteve em Paulínia num aterro 'modelo', onde além de visitá-lo, foi iniciar uma negociação do transbordo do lixo de oito das 12 cidades, e informou também que Morungaba e Sto. Antonio de Posse já fazem este tipo de transbordo (já há transbordo dos resíduos nestes municípios). Chamou a atenção para que os prefeitos se unam e que não façam a negociação individualmente com qualquer empresa do ramo, pois com o consórcio ganharíamos em escala e teríamos um poder de negociação maior. Pediu uma atenção muito especial nas coletas seletivas dos municípios, pois com a mesma fariamos uma integração social muito grande e levaríamos menos lixo para o aterro que contrataremos. Fez também um comentário que somente com o plano de saneamento, saberemos para onde iremos caminhar, e que o SAAE de Amparo, cederia seu espaço no atual aterro para ser construído uma estação de transbordo, cujo custo do projeto executivo, instalação e licenciamento ficaria ao encargo da empresa que disporia nosso lixo, e as cidades do consórcio pagariam este custo parceladamente diluídos durante seis anos. Foi comentado também, que poderíamos tentar esse recurso através de recursos do governo do estado ou ratear o valor aproximado de R\$ 240.000,00 entre as oito cidades interessadas. Aproveitando a oportunidade a Sta Helena apresentou aos presentes, a estação de transbordo da cidade de Vila Velha no Espírito Santo, através de um filme ilustrativo e elucidativo.

Segundo assunto da pauta: **OFÍCIOS**.

Este item foi apresentado pelo Sr. Hilário Junior, que entrou em contato com o Sr. Secretario de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, Sr. Edson Geriboni, o qual pediu para que o Grupo Executivo responsável pelo desenvolvimento do Consorcio, encaminhasse através da diretoria do consórcio um ofício solicitando o recurso para construção da referida estação. O pedido foi aceito e assinado por todos os diretores do Consorcio presentes e o presidente. A entrega do mesmo ficou de ser agendada numa quarta-feira por todos que compõem a diretoria, demonstrando a força do grupo. Comentou se também a ótima parceria que o consorcio esta fazendo com a FUNASA, pois a mesma esta disponibilizando o Projeto para construção do Centro de Referencia e uma Unidade Móvel de análise de água e efluentes. Aproveitando o assunto, o Sr Marcos, comentou que será muito bem vinda a unidade móvel, pois seu município, a cidade de Socorro, carece muito deste instrumento de trabalho. Foi comentado que o recurso para tais aquisições já esta assinado no valor de R\$ 1.800.000,00, faltando somente o projeto executivo, e que tal recurso só será possível



porque consorcio é formado por doze cidades. O representante de Pinhalzinho Sr. José, questionou sobre o transbordo, e que não tinha entendido como funcionaria, após a explicação do prefeito Paulo Miotta, o assunto foi esclarecido. Foi esclarecido também que o CNPJ, será de responsabilidade do consorcio, e que a unidade móvel fará quase todo tipo de analise.

O terceiro assunto apresentado aos membros do consorcio, ficou a encargo do Prof. Gilberto, membro do Grupo Executivo, e o Tema foi **REGULAÇÃO.**

Sr Gilberto fez um breve comentário de como teria surgido a necessidade de termos a Câmara de Regulação, sua importância e necessidade. Fez relato também que a mesma fica cada vez mais difícil ser realizada levando em consideração o tamanho do município. Com a mesma em atividade os técnicos responsáveis, serão obrigados a seguir a Lei 11.445, que traz como principais atividades:

SERVICOS PUBLICOS DE SANEAMENTO BASICO (Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana, Drenagem Urbana).

ELABORAR PLANOS DE SANEAMENTO BASICO (Prestar contas, Adotar parâmetros e outros)

Comentou também o Sr. Gilberto, que a Agência Reguladora, faz a sinergia entre Prestadores, Usuários, e Prefeituras. Fez a observação informando que as Prefeituras não terão custos com a Regulação e sim os prestadores e usuários e que entidade reguladora exerce a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento. Explicou também os objetivos da Regulação:

- Estabelecer Padrões e Normas.
- Garantir cumprimento do Plano de Saneamento.
- Prevenir e Reprimir o abuso do Poder Econômico.

A proposta seria que a Agência de Regulação seria uma Associação Publica criada na forma de Consorcio Publico como pessoa Jurídica, e que sua Instalação e Sustentabilidade sairia do próprio prestador, e não de SAAEs ou Sabesp, comentou se também que quantos mais entes (prefeituras) ela contratar, mais em conta fica seu custo.

O Prefeito Paulo Miotta fez um comentário dizendo que a Regulação realizada pelo PCJ, poderá ser assinada pelos municípios e a responsabilidade fiscalizatória ficará para o Consórcio.

O Consultor Tarcísio, chamou a atenção de todos informando que esse trabalho de regulação é relativamente novo, que o objetivo seria de fiscalizar os contratos de serviços, e que teremos que aprender a lidar com ela. Foi comentado também que já está previsto na Lei de Contrato de Consórcio, aprovado por cada município, quinze cargos para a agência reguladora. Frisou também o Consultor, que teremos que gerenciar muito bem, caso seja o PCJ a agência reguladora, que preste um ótimo serviço

Ata nº	021
Fl. nº	08
(a)	mg

04

para as doze cidades e que trabalhe preventivamente todo trabalho de regulação.

Foi também questionado pelo Prefeito Paulo Miotto, caso seja o PCJ, e o mesmo não faça um bom serviço de regulação, se o contrato poderia ser cancelado. A resposta foi positiva. Foi sugerido pelo Prefeito Miotto:

- Fazermos um estudo Urgente sobre a incompatibilidade da Lei, referindo-se as leis do nosso consórcio, da lei do PCJ e da agência reguladora do estado que é sugerida pela SABESP. Esta questão apareceu pois os municípios de Santo Antonio de Posse e Monte alegre do Sul aprovaram as três leis em suas câmaras.

Foi comentado também que a Sabesp tem um assento dentro da estrutura do PCJ. Foram colocadas várias questões como:

- Quem definiu o ente regulador? É o titular do município.
- O que a Sabesp faz é legal? "Ela se auto-regula"?

Foi explicado pelo Consultor, que a Câmara de Regulação, mostra para os Prefeitos a sugestão para cobrança de um preço justo. O Prefeito de Serra Negra questionou tal forma de atuação.

O Presidente do Consorcio pediu para o Grupo Gestor estudar dois pontos:

* Como ficam os municípios que tem contratos com a Sabesp, e a ARCESP.

Quarto assunto da pauta: **RATEIO**

Este tema ficou sob a responsabilidade do Gestor Marcos, o qual apresentou as planilhas de rateio dos custos do consórcio para os prefeitos, explicou que a mesma significa os custos para os doze municípios durante os próximos seis meses mais quinze dias, sempre serão per capita, levando sempre em consideração a população do mesmo. A planilha em questão representa a cota de cada município e foi aprovada como orçamento de 2011. Foi enfatizado pelo gestor, que os custos terão que ser autorizados pelas Câmaras Municipais, através de Projetos de lei. Comentou em sua explanação que todos os municípios não podem deixar de colocar em seu orçamento para dois mil e doze, os custos que terão com o Consorcio Intermunicipal, e que quaisquer dúvidas que os Secretários de Fazenda por ventura tiverem, é para os mesmos encaminharem para o Sr. Presidente. Pedindo a palavra o Sr. Presidente Paulo Miotto, sugeriu que a Minuta da lei que será enviada as Câmaras Municipais seja preparada pela Sra. Andréia funcionária da prefeitura de Amparo, e encaminhada para as prefeituras do Consórcio, e pediu também para que as leis sejam encaminhadas as Câmaras Municipais e publicadas até julho de 2011 e que o Grupo Executivo prepare os custos para dois mil e doze. Foi sugerido também pelo Sr. Marcos que seja feito um estudo sobre a taxa de lixo, e aproveitando a explanação do Sr Marcos, o Consultor Tarcísio justificou que a lei dos Resíduos Sólidos tem que ser cumprida pelos municípios para qualificar os serviços prestados e justificarem a cobrança.



Ata nº	02
Fl. nº	084
(a)	mg

Quinto assunto da pauta: **SUPERINTENDENTE**

O Sr. Presidente salientou que o indicado terá que ter primeiramente uma capacidade técnica, tem ter capacidade de trabalhar sempre em parceria com o Grupo Executivo, e ter também conhecimentos dentro dos Ministérios. O primeiro nome a ser cogitado foi do Sr. Bandini, mas em contato com o mesmo, a proposta não foi aceita pois o Sr. Bandini estava voltando a Santos sua cidade Natal, assumindo uma importante função em um órgão publico da cidade. O Sr. Presidente, pediu ajuda para os prefeitos, caso os mesmos tivessem alguma pessoa graduada para o cargo, e que até a próxima reunião que será 22 de julho de dois mil e onze, essa nomeação já estivesse sido acertada. O Consultor Tarcisio, ficou de apresentar um nome mediante consulta com o mesmo, para posterior apreciação.

Sexto assunto da pauta: **ASSUNTOS GERAIS**

O Sr. Consultor apresentou aos presentes, que o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS**, é a menina dos olhos do Ministério do Meio Ambiente e também do Ministério das Cidades, visto que nossa região está na frente em relação aos problemas de Saneamento em geral.

Comunicou também que está se formando em região da cidade de Pouso Alegre outro consórcio com o mesmo molde do consorcio da região do circuito das águas, e que quando possível, teremos que ajuda-los, pois nossa experiência será muito importante para o novo Consórcio do Sul Mineiro. Foi comentado também sobre a Unidade Móvel de Aproveitamento dos Resíduos de Construção Civil, e que esta ação será muito bem aceita pela população, mostrando a todos nossa preocupação com o Meio Ambiente. Ficou acertado que o Consultor Tarcisio vai preparar um Projeto para aquisição da unidade móvel de trituração, seu custo e também como a mesma será operada.

Foi solicitado pelo Sr. Marcos, que os municípios preparem seu custo de saneamento, limpeza, coleta e disposição do lixo, varrição, roçada mecânica. Sr. Presidente sugeriu que o Grupo Executivo prepare um questionário para os municípios, com todos os itens desejados, facilitando assim a resposta do mesmo.

Findando todos os itens da pauta, e sem mais nada a discutir, o Sr. Presidente Paulo Miotta agradeceu a presença e desejou um ótimo retorno a todos as suas cidades, pediu também a presença de todos os prefeitos na próxima reunião que será no próximo dia 22 de julho de 2011 na cidade de Socorro a partir das 14:00 horas, (local será informada pelo representante de Socorro no Grupo Executivo).

A reunião foi finalizada as 12:30 horas e sem mais nada a constar, eu Joaquim Barbosa Junior, membro integrante do Grupo Executivo lavrei a presente Ata.

Águas de Lindóia 27 de maio de 2011.

